

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Desenvolvimento das atividades de produção

As atividades de produção são essenciais para a valorização económica do espaço florestal de Mação, sobretudo num quadro internacional onde se antevê uma procura crescente por produtos de base florestal – madeira, papel, embalagens, produtos de higiene pessoal, fármacos, material de construção e alimentos. Desenvolver um conjunto de atividades de produção – apostando num posicionamento competitivo que extravase a escala interna mas que seja coerente com a dimensão e massa crítica que a floresta detém em Mação - assume-se como um objetivo crucial para o desenvolvimento integrado da comunidade maçaense. Neste sentido, emergem duas lógicas de produção que configuram apostas suficientemente sólidas para a criação sustentada de emprego e riqueza no concelho:

- **Produção florestal**, que combina a produção lenhosa (pinheiro, cerejeira, choupo, nogueira e freixo) com a produção de frutos (cereja, medronho, noz, pinhão, framboesa, groselha e mirtilo);
- **Produção agrícola**, que complementa a produção lenhosa, atua como meio de defesa contra incêndios e permite a obtenção de receitas adicionais. Privilegiam-se as culturas do olival, da vinha e dos pomares de marmeleiro e limoeiro. A tradição na **fileira agroalimentar** – com destaque para o presunto – deve ser defendida, apostando na captação de investimento externo para manter as empresas no território e que permitam aumentar a sua orientação exportadora.

O sucesso, a longo prazo, destas atividades será determinado pela capacidade de envolvimento das diversas comunidades locais, da fixação de pessoas nos territórios e da captação de talento e

investimento para sustentar a competitividade destas iniciativas em diferentes segmentos de mercado.

Desenvolvimento da silvopastorícia, apicultura e caça

O desenvolvimento da pastorícia constitui, para além da sua importância socioeconómica para as comunidades locais, um mecanismo de gestão racional do combustível arbustivo, praticamente impossível de controlar através de outros modos. Por outro lado, a silvopastorícia configura uma solução de valorização das zonas com características orográficas específicas (altas e declivosas), onde é possível reduzir a carga combustível recorrendo ao pastoreio com gado caprino.

A apicultura representa uma atividade com uma importância crucial para a manutenção do ecossistema e uma fonte de rendimento que não pode ser descurada no quadro das comunidades locais. O mel e produtos derivados encontram condições de excelência para a sua produção no concelho de Mação, pelo que a aposta no aumento das explorações e a produção de produtos diferenciados destinados para o mercado local ou para o segmento *gourmet* constituem um importante mecanismo para a valorização económica do espaço florestal.

O desenvolvimento da atividade cinegética tem, também, repercussões na melhoria do espaço florestal, na preservação da biodiversidade e no retorno económico, direto ou indireto, para o território. As reservas de caça contribuem para a melhoria das condições de habitat, para a proteção das espécies cinegéticas existentes e atraem visitantes que são, também, potenciais consumidores dos diferentes produtos que o território pode oferecer (produtos locais, restauração e comércio).

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Desenvolvimento das atividades de recreio e lazer

O espaço florestal de Mação, entendido na sua multifuncionalidade, é também um espaço onde podem ser desenvolvidas um conjunto de atividades ligadas ao turismo natureza. A oferta turística do concelho deve ser estruturada de modo a captar segmentos de mercado específicos, articulando património ambiental com património histórico, gastronomia e cultura. O espaço florestal emerge como elemento protagonista das dinâmicas de turismo de natureza que se possam estabelecer no território. Territórios de montanha, praias fluviais e património arqueológico constituem alguns dos argumentos com capacidade para atrair visitantes para o concelho, não numa lógica de turismo de massas e estadia prolongada, mas num cenário de visitas de curta duração.

Neste sentido, torna-se fundamental que o concelho consiga estruturar uma oferta turista que integre de forma coerente e coesa os diferentes produtos turísticos do concelho. Existem benefícios que podem ser obtidos pela articulação dos diferentes agentes do território - restauração, comércio, Câmara Municipal de Mação, entre outros - de forma a criar uma marca que identifique inequivocamente o território. A criação de uma sinalética uniforme e facilmente apreensível, bem como a criação de percursos pedestres que satisfaçam as exigências dos visitantes (com guias turísticos à disposição) constituem iniciativas que podem alavancar a atratividade global do concelho.

Por outro lado, o concelho deve alavancar a sua inserção na região do Médio Tejo, promovendo uma articulação intermunicipal capaz de projetar a sua oferta turística. O património cultural e histórico e o Rio Tejo são elementos identitários que devem estar na base desta articulação.

Desenvolvimento dos sistemas de proteção ambiental

A gestão sustentável do espaço florestal de Mação revela-se como um objetivo fundamental para a defesa da biodiversidade e da própria identidade maçaense que foi construída ao longo de séculos sobre o mosaico florestal do território. Este desafio é um imperativo à escala global e o concelho de Mação pode assumir-se como um território que acompanha as tendências e exigências da atualidade em matéria de sustentabilidade e adaptação às alterações climáticas.

Mação tem sido fustigado por diversos incêndios ao longo das últimas décadas que têm dizimado o espaço florestal do concelho. A estrutura fundiária e o abandono das terras levantam um sério desafio para travar este flagelo. O concelho tem desenvolvido, nalguns casos de forma pioneira, mecanismos de defesa da floresta contra incêndios que, no entanto, precisam de ser reforçados para garantir maior eficácia. A adequação da rede viária florestal, a disponibilização de redes de pontos de água e a criação de redes de faixas de gestão de combustível constituem iniciativas que devem ter uma abrangência tão alargada quanto possível.

No domínio da gestão sustentável do espaço florestal, o concelho pode selecionar zonas piloto de demonstração de boas práticas silvícolas, com a aplicação de princípios e critérios do sistema de gestão florestal de modo a garantir a certificação das propriedades.

Mação deve, também, constituir-se como um território que promove o combate às alterações climáticas através do sequestro e armazenamento de carbono. As entidades poluentes podem adquirir créditos ou licenças no valor da sua emissão de gases ou financiar projetos que visem aumentar o sequestro de carbono.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Otimização das respostas sociais

O envelhecimento populacional emergiu na fase de diagnóstico como uma das principais, senão mesmo a principal, condicionante do desenvolvimento económico e social de Mação, com efeitos evidentes no presente e limitando os retornos e a sustentabilidade futura dos investimentos públicos e privados.

De fato, não só os dados estatísticos evidenciam a gravidade do fenómeno como foi também reconhecido de forma muito clara pelos atores locais e regionais nos vários momentos de participação na elaboração do plano, discutindo os desafios levantados pelo envelhecimento e a sua natureza transversal aos vários grupos sociais, setores, organizações e esferas de intervenção pública e privada: a limitação da bolsa de recursos humanos disponíveis, a estagnação e abandono das atividades económicas tradicionais intensivas em mão-de-obra e a pressão acrescida sobre os equipamentos e serviços de saúde e proteção social foram as temáticas mais citados, mas a ameaça de declínio das comunidades mais dispersas e de menor dimensão, de perda da sua cultura, vivências e identidade, permeou também todo o discurso dos atores locais.

Ainda que a qualidade do suporte social oferecido pela rede social, institucional e familiar tenha merecido uma avaliação globalmente positiva – as dificuldades diárias enfrentadas pelas famílias, IPSS e outras organizações na prestação de cuidados aos mais fracos e dependentes são indiscutíveis mas a cobertura da rede de equipamentos e serviços sociais de proximidade e a relevância das relações de vizinhança são citadas como pontos fortes – é reconhecido também que muitas respostas sociais mais convencionais são pouco

eficientes num quadro de retração dos orçamentos públicos e das famílias e que há uma convergência de interesses na construção de novos modelos de conciliação da vida familiar e profissional, mais atrativo para a população jovem, e de promoção do bem-estar dos mais idosos, mais sustentável a longo prazo.

Sendo certo que a capacidade de atração populacional e a qualidade de vida em Mação depende da evolução de variáveis macroeconómicas, de legislação e de políticas que não estão, em grande medida, sob o controlo dos agentes locais e regionais (o clima financeiro internacional, as leis sobre a imigração e a política fiscal são apenas alguns exemplos), é também verdade que existe um largo espaço de intervenção da autarquia e dos maçaenses:

- na melhoria das condições de emprego e empreendedorismo;
- na prestação de cuidados às crianças e aos idosos e na redução das desigualdades e obstáculos ao acesso aos serviços educativos e sociais;
- na participação ativa de todos os grupos no processo económico, trabalho formal e informal, educação e atividades voluntárias;
- e, em última instância na promoção de uma cultura de coesão social atrativa para os mais novos e mais velhos.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Desenvolvimento de um projetos educativo inovador, aberto à comunidade e orientado para o aumento sustentado do sucesso escolar

O mérito dos esforços diários da comunidade escolar maçaense, ao longo dos últimos anos, em prol do sucesso escolar e no combate ao abandono escolar precoce não deve ser ignorado. O trabalho desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, que engloba todos os Estabelecimentos de Ensino e Educação coincidentes com a área geográfica do concelho de Mação, não só mereceu uma avaliação muito positiva no ultimo relatório disponibilizado pela Inspeção Geral de Educação e Ciência, foi como apontado em vários momentos do processo de auscultação dos atores como um excelente exemplo de um agrupamento como uma cultura organizacional particular e uma ligação afetiva com a comunidade.

De facto, o projeto educativo evidencia alguns fatores distintivos, entre os quais se destacam: o Projeto Aluno 100%, promotor do sucesso educativo conjugado com melhorias de comportamento e assiduidade; um amplo conjunto de projetos e atividades extracurriculares englobando áreas curriculares e de cidadania; o horário adequado aos transportes escolares; e a Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénit, entre outros.

A ligação com comunidade local é evidente não só na colaboração entre a direção e os pais e encarregados de educação, mas também na aposta numa oferta curricular, formativa e de enriquecimento do currículo que responda aos múltiplos interesses e expectativas dos alunos e suas famílias, e na integração competências práticas e

profissionais, com uma aproximação à vida ativa (cursos de educação e formação de jovens e de adultos e cursos profissionais).

A estratégia do agrupamento escolar tem permitido a identificação das áreas com maiores índices de insucesso e a implementação de estratégias de melhoria, mas as carências socioeconómicas e culturais e os ambientes familiares que se refletem num menor acompanhamento escolar dos alunos, com implicações na falta de hábitos de estudo, são fatores que limitam a melhoria dos resultados escolares e que têm também merecido a atenção dos responsáveis.

Esta experiência já acumulada pela comunidade educativa e o foco no atual período de programação no combate ao insucesso escolar justifica portanto uma maior concentração de recursos financeiros, humanos e organizativos na consolidação de um projeto educativo de diferenciador, que funcione como fator de atratividade de jovens famílias.

A adaptação dos processos da escola às características dos alunos, a implementação de percursos escolares diferenciados e a corresponsabilização das famílias no desenvolvimento do percurso escolar das crianças e jovens devem estar no centro deste projeto educativo. A dificuldade na organização e planificação das rotinas escolares, os conflitos com professores e colegas, os problemas de atenção, são questões que devem merecer um apoio individualizado e adequado às dificuldades de aprendizagem que as crianças e jovens enfrentam, tendo em conta a desigualdade com que entram na escola.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Em paralelo, as metodologias de projeto e atividades experimentais, centradas na resolução de problemas reais e pertinentes, devem incentivar uma nova relação entre a prática e a teoria, entre os saberes escolares e os saberes sociais, abrindo a consciência dos alunos para um leque alargado de possibilidades de percursos escolares e profissionais.

Dada a natureza dos recursos endógenos de Mação e dos desafios ao seu desenvolvimento, a educação ambiental e patrimonial emergem neste contexto como instrumentos privilegiados de abertura da comunidade escolar ao território e aos agentes económicos, culturais e sociais. Os projetos mais orientados para a comunidade escolar – por exemplo, a incorporação dos temas nos conteúdos programáticos escolares de História, Educação Visual e Tecnológica, Geografia, Ciências da Natureza, Matemática e Educação Física; programas de separação seletiva de resíduos, reutilização de materiais, redução da impressão em papel e de embalagens, aproveitamento da luz natural e redução do consumo de energia nas escolas; criação de oficinas, clubes e ateliers; realização de feiras, encontros e concursos de ideias – devem ser pensados e implementados de forma a criar efeitos demonstradores junto das famílias, empresas e organizações. Por outro lado, a comunidade também deve ser incentivada a “voltar à escola”, aproveitando todas as oportunidades de aprendizagem formal e não-formal.

Sendo certo que as responsabilidades da autarquia e das escolas na oferta de serviços educativos de qualidade e na gestão da rede escolar não começaram com o presente plano estratégico, o que se propõe é priorizar os investimentos na educação, explorar todas as

oportunidades de financiamento de projetos inovadores, dar consistência estratégica a todas as políticas e ações concretas das instituições que operam na área da educação e formação ao longo da vida, e dar protagonismo em todos os espaços e momentos de aprendizagem aos recursos naturais e culturais que mais marcam a identidade do concelho e da região, contribuindo de forma exemplar para formar cidadãos capazes de refletir criticamente sobre o caminho percorrido e o futuro desenvolvimento de Mação.



Agrupamento de Escolas Verde Horizonte Projeto Educativo 2013-2016



3.2 O referencial estratégico de intervenção

Desenvolvimento de projetos inovadores de empreendedorismo e ação social

A multidimensionalidade e complexidade dos fatores de exclusão social, muito em particular num território como Mação em que as dinâmicas demográficas, o modelo de ocupação territorial e a evolução do modelo produtivo ao longo das últimas décadas levantam sérios desafios à gestão da oferta e do acesso a serviços sociais e à promoção da empregabilidade dos grupos em maior risco de exclusão, justificam a pertinência do foco estratégico na inovação social.

Por outro lado, o facto do setor da economia social assumir em Mação um papel crucial na criação de emprego confirma a pertinência de práticas que garantam a sustentabilidade, inovação e eficiência no setor da economia social, nomeadamente através de novos modelos de atuação e de financiamento de iniciativas. Este tema é também alvo de particular atenção no atual quadro de programação, apontando-se um conjunto de objetivos no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego:

- A melhoria da capacidade de atuação e resposta das organizações da economia social (OES);
- O desenvolvimento de modelos inovadores na prestação de serviços sociais;
- A utilização de ferramentas de gestão adaptadas às necessidades das OES e das suas iniciativas de empreendedorismo e inovação social e a atração e retenção de capital humano e de novas competências para o setor da Economia Social;
- A mobilização de outras fontes e recursos financeiros, em particular

de recursos privados, para iniciativas de empreendedorismo e inovação social.

A intervenção da autarquia neste domínio pode assumir duas formas:

Em primeiro lugar como promotor de projetos, por si só ou em parceria com a CIM ou outras entidades, apostando nos projetos com maior impacto e capacidade de replicação noutros contextos, por exemplo sob uma lógica de projeto-piloto (à semelhança do que foi feito no anterior quadro comunitário com o projeto "Transporte a pedido").

Em segundo lugar como financiador e facilitador da inovação e empreendedorismo social seja:

- Dando resposta às atuais falhas de mercado verificadas no acesso, por parte de iniciativas sociais inovadoras, a instrumentos de financiamento adequados (financiamento de projetos de formação, ampliação, qualificação ou modernização de IPSS e outras OES que já operam no concelho e de projetos de novos negócios sociais, isto é projetos sociais que têm condições para obter a sustentabilidade via geração de receita própria numa lógica de mercado) e apoiando financeiramente a criação do próprio emprego;
- Informando e encaminhando potenciais investidores para a oferta regional de espaços de acolhimento e incubação empresarial, para as soluções de I&D disponíveis no Sistema Científico e Tecnológico Regional, para os vários sistemas de apoio a empresas nacionais e regionais e para soluções de microfinanciamento e crowdfunding;
- Fornecendo apoio em diversas áreas e competências complementares às necessidade de cada promotor (comunicação, apoio jurídico, apoio contabilístico, etc).

3.2 O referencial estratégico de intervenção

A pequena escala do concelho e a complexidade dos problemas e necessidades sociais justificam que esta intervenção da economia explore plenamente todas as oportunidades de financiamento disponíveis no atual quadro de programação mas também as oportunidades de parcerias com investidores sociais: a Santa Casa da Misericórdia, a Fundação EDP, a Fundação Calouste Gulbenkian e a

Associação Nacional de Direito ao Crédito são exemplos de organizações com trabalho feito no domínio da promoção do empreendedorismo e inovação social e que se assumem como investidores sociais que podem suprir falhas de mercado no acesso das OES ao financiamento.

O Banco de Inovação Social da Santa Casa da Misericórdia

O BIS – Banco de Inovação Social foi lançado no dia 30 de abril pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e agrega 27 Instituições, entidades e empresas publicas e privadas que investem os seus ativos na promoção da inovação social. É missão e propósito do BIS promover a inovação social, estimulando a sociedade a participar e a colaborar ativamente na configuração de soluções inovadoras e sustentáveis para os problemas, necessidades ou desafios sociais.

As iniciativas e atividades do BIS dividem-se nos seguintes programas:

- Cultura, Educação e Cidadania - tem como objetivo promover uma cultura de inovação social junto dos cidadãos através de programas educativos dirigidos a estudantes. Destaca-se em particular o concurso INOVA - concurso de ideias dirigido aos jovens, dos 6 aos 25 anos, que visa criar condições para o desenvolvimento de ideias potencialmente eficazes, sustentáveis e inovadoras para a resolução de um problema, fazendo da experimentação e avaliação de resultados o eixo essencial da transformação de ideias em soluções/respostas. À ideia vencedora serão dadas condições para ser colocada em prática através da

realização de um estágio profissional.

- Experimentação Social - tem como objetivo estimular e facilitar a criação, experimentação e disseminação de novos produtos e serviços, medidas, processos e modelos diferentes de organização das respostas às necessidades sociais mas também a reaplicação de soluções já existentes ou a transferência dessas soluções para um outro setor da sociedade. O Centro de Experimentação e Inovação Social (CEIS) é o local onde se desenvolvem as atividades do Programa e, em particular, o projeto de experimentação social United at Work. O espaço, desenhado para inspirar e alimentar o processo criativo, a interação e colaboração entre os diferentes ocupantes e o público, inclui as seguintes valências: Observatório de identificação de oportunidades de negócio social; Laboratório de ideias e cocriação; Oficinas de capacitação e aceleração de projetos inovadores; Espaços de co-work e incubação de empresas; Espaços de exposição e divulgação de produtos e serviços; Espaços de debate e lazer (lounge)

3.2 O referencial estratégico de intervenção

O Banco de Inovação Social da Santa Casa da Misericórdia

- Apoio a empresas sociais: tem como objetivo o apoio à criação de empresas sociais que respondam, de forma inovadora e sustentável, a necessidades sociais previamente identificadas pelos parceiros do BIS como prioritárias. O programa está estruturado nas seguintes fases:

1ª Fase: Convocatória e Seleção dos projetos por parte do Conselho Operacional do BIS, avaliação do Plano de Negócios, identificação das necessidades dos projetos selecionados, celebração do Contrato Programa para o desenvolvimento do projeto e atribuição de Tutores;

2ª Fase: Plano de Capacitação dos empreendedores com vista à elaboração do Plano de Negócio;

3ª Fase: Incubação no Centro de Experimentação e Inovação Social BIS com vista ao desenvolvimento dos negócios. Pretende-se proporcionar um espaço de trabalho e acolhimento aos empreendedores que potencie a criação de sinergias com vista à constituição de uma Comunidade Empresarial;

4ª Fase: Step out: Fase final do Programa com a autonomização

dos negócios.

- Fundo BIS: Constituído pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pelo Montepio Geral, pela Santa Casa da Misericórdia do Porto e pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, o Fundo BIS é uma reserva financeira que irá ser transformada numa estrutura de fundos com personalidade jurídica de forma a poder desenvolver a política de investimento social definida pelos seus Membros. O Fundo BIS orienta a sua política de apoio para o investimento em negócios e empresas sociais, para a prestação de garantias para facilitar o acesso ao microcrédito. Adicionalmente o Fundo concede anualmente um Prémio a um projeto de excelência no âmbito da Inovação Social.

Fonte: Santa Casa da Misericórdia

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Sem prejuízo de na fase de implementação do plano de ação se definirem de forma mais específica os domínios de política onde se considera prioritário o desenvolvimento de abordagens inovadoras, o diagnóstico aconselha desde já uma particular a atenção a:

- Projetos de inclusão ativa de grupos em risco de exclusão social devido à perda de emprego ou à fragilidade do vínculo com o mercado de trabalho, sendo fundamental criar soluções inovadoras de promoção de formação pré-profissionalizantes (capacitação para inclusão, formações básicas e qualificação para a inserção) e profissionalizante e de apoio à integração no mercado de trabalho (incluindo a criação do próprio emprego);
- Projetos de capacitação das organizações da economia social, pelo seu papel chave na dinâmica de criação de emprego - sendo fundamental criar soluções inovadoras que promovam a sua sustentabilidade financeira, tornando-as menos dependentes de apoios públicos e promovendo níveis acrescidos de eficiência e eficácia das respostas sociais ;
- Projetos de diversificação dos serviços sociais, de saúde e proteção social orientados para a população mais idosa. Mais do que a consolidação da rede de equipamentos é a qualificação dos serviços coletivos de apoio á população mais velha que constitui uma prioridade, devendo ser privilegiada a geração de sinergias entre recursos institucionais (infraestruturas e recursos humanos especializados) e recursos da comunidade (rede familiar e de vizinhança), a implementação de processos mais eficientes (nomeadamente através da exploração das oportunidades proporcionadas pelas tecnologias de informação), a facilitação do

acesso aos serviços sociais, o incentivo a uma vida independente e ativa dos idosos, o desenvolvimento da interação social e o combate ao isolamento e exclusão social dos mais velhos. Entre as possíveis áreas de intervenção podemos destacar a prevenção e diagnóstico precoce de doenças associadas à velhice, desporto e hábito de vida saudáveis, mobilidade e prevenção de quedas, monitorização remota da saúde e teleassistência, turismo sénior, aprendizagem ao longo da vida e voluntariado.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Envelhecimento ativo na região Centro

O investimento na integração e coordenação de políticas sociais de inclusão ativa e de apoio ao envelhecimento ativo enquanto oportunidade potencialmente geradora de atividade económica e social afigura-se como uma prioridade para o desenvolvimento da Região Centro.

A aposta em novas abordagens associadas à medicina preventiva e de reabilitação, ao bem-estar, envelhecimento ativo e saudável, potenciando igualmente o turismo de bem-estar são algumas das algumas das estratégias delineadas pelo PO Centro neste sentido. Concretamente, no âmbito do Eixo Prioritário V APROXIMAR e CONVERGIR, as Prioridades de Investimento 9.1 e 9.6 do OT 9 preveem o apoio ao envelhecimento ativo enquanto oportunidade potencialmente geradora de atividade económica e social em territórios da coesão, visando contribuir para o OT 2: Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade: aumentar os conhecimentos e a familiaridade dos idosos e de outros grupos sociais desfavorecidos com as TIC de forma a melhorar a sua capacidade de aceder a serviços eletrónicos, rentabilizando os investimentos realizados nas infraestruturas e nas redes.

Ainda nesse sentido, o Consórcio InnoLife foi o vencedor do projeto “Vida Saudável e Envelhecimento Ativo” do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT), tendo sido selecionado como “Knowledge and Innovation Community” (Comunidade de Conhecimento e Inovação) – KIC – para a Saúde. O consórcio conta com uma rede de 140 empresas europeias, centros de investigação e

universidades. Com um volume total de 2,1 milhares de milhões de euros, é uma das maiores iniciativas públicas de saúde financiadas em todo o mundo. A participação neste consórcio da Universidade de Coimbra, conjuntamente com a rede Ageing@Coimbra, permitirá potenciar o setor da Saúde e da Inovação, da região Centro de Portugal.

O principal objetivo do consórcio Ageing@Coimbra é melhorar a vida dos cidadãos idosos na Região Centro de Portugal através de melhores serviços sociais e cuidados de saúde, assim como da criação de novos produtos e serviços inovadores e o desenvolvimento de novos meios de diagnóstico e terapêuticas. O Ageing@Coimbra atua através dos seguintes grupos de ação: adesão à terapêutica; prevenção de quedas; prevenção da fragilidade; monitorização remota de saúde; e serviços amigos do idoso. Enquanto Região Europeia de Referência, o projeto Ageing@Coimbra deverá identificar, implementar e replicar projetos e programas de boas práticas inovadoras no domínio do Envelhecimento Ativo e Saudável. As boas práticas identificadas em regiões de referência poderão ser replicadas noutras regiões da Europa, abrindo espaço para a inovação social e para o reforço da competitividade da indústria europeia de inovação no domínio da geriatria e do apoio ao idoso.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Gestão do património histórico e cultural

Mação partilha com outros territórios da região Centro uma matriz rural, a que se associa um conjunto de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças também em grande medida comum, principalmente no que respeita aos desafios da gestão e valorização dos recursos naturais, culturais e humanos num quadro de baixa densidade populacional e empresarial. No entanto, a experiência de trabalho entre o ITM, o IPT e a autarquia, analisada na fase de diagnóstico, permite (e justifica) uma abordagem diferenciada às questões da gestão do território e do património que promova “quer o avanço da investigação no domínio da cultura na sua relação com as ciências da terra e da vida, quer a compreensão na sociedade de uma nova relação entre a cultura, tecnologia e economia” ⁽¹⁾.

Desenvolvimento de um pólo internacional de ciências humanas e de um exemplo de integração social através da cultura e da arte

O ciclo de fundação do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação (Museu Municipal), do Centro de Estudos Politécnicos de Mação e dos grupos de pesquisa do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra com sede em Mação está concluído, reconhecendo-se nos vários documentos estratégicos do ITM a necessidade de repensar, alargar e consolidar a sua intervenção em parceira com a autarquia.

A atividade do Museu/ITM, na sua relação com a autarquia e com os maçaenses, tem sido operacionalizada através de quatro instrumentos principais: a exposição permanente e a biblioteca especializada do Museu; os roteiros arqueológicos; os espaços de memória em diversas

freguesias, a formação superior, as redes de intercâmbio e os projetos internacionais que trazem a Mação um elevado número de visitantes. A participação da autarquia no desenvolvimento futuro destes instrumentos, em particular na forma como pode ser otimizado o seu impacto na dinamização do tecido social e económico local e regional, organiza-se em dois grandes domínios de intervenção:

- Reforço das funcionalidades do Museu e biblioteca e criação de um Conselho de Desenvolvimento Territorial assumindo o ITM e Mação como um pólo internacional de referência em ciências humanas. O projeto do Ano Internacional do Entendimento Global e a posição do ITM no Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas são oportunidades que devem ser aproveitadas com o objetivo da reflexão internacional sobre o sentido e a função das humanidades nas sociedades do século XXI passar também por Mação, reforçando a capacidade de atração de investigadores, estudantes e investidores.

A ampliação e reorganização dos laboratórios, da biblioteca e dos espaços expositivos implica repensar a inserção das instalações ITM/Museu na malha urbana da Vila de Mação, objetivo que só poderá ser concretizado em parceira com a autarquia. A estruturação de uma oferta em rede de espaços museológicos, de formação orientada para as necessidades da fileira florestal e da agro-indústria, de projetos de educação ambiental e gestão territorial em diálogo com as comunidades locais, são também linhas de intervenção em que o envolvimento da autarquia, como copromotor e facilitador, é um fator crítico de sucesso.

(1): ITM, *Mação, o Médio Tejo e a projeção internacional de Portugal, para o reforço da União Europeia*, 2014

3.2 O referencial estratégico de intervenção

- Promoção da inclusão social por via da cultura, desde a dinamização de práticas artísticas (nomeadamente junto das associações recreativas locais) até à criação de novos públicos, passando pela remoção de barreiras nos espaços, equipamentos e eventos culturais (barreiras arquitetónicas, mas também as relacionadas com a distância aos principais pólos culturais, como acesso aos materiais de divulgação da programação e com a literacia digital), pelo apoio à criação do próprio emprego nas áreas socioculturais e

ainda pela dinamização de projetos integrados de base cultural de desenvolvimento local, associando a participação cultural e artística com o aumento dos sentimentos de pertença do indivíduo na comunidade e com a proteção, divulgação e valorização económica dos recursos endógenos.



3.2 O referencial estratégico de intervenção

A estratégia de desenvolvimento de Mação no contexto do Médio Tejo

Como já foi referido na análise do diagnóstico económico e social, o concelho de Mação inclui-se na nova região do Médio Tejo (RMTE) perspectivada no horizonte 2014-2020, composta por treze concelhos: os 11 concelhos que já compunham a NUTS III Médio Tejo (Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Mação – embora Mação, para efeitos das estatísticas publicadas pelo INE, continue integrado no Pinhal Interior Sul), a que se juntam dois concelhos anteriormente integrados no Pinhal Interior Sul (Sertão e Vila de Rei).

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) reconheceu a pertinência de despoletar um processo de trabalho que viesse a culminar numa estratégia de desenvolvimento integrado de base territorial, que fosse participada e partilhada, nos seus objetivos e ambição, pelos atores da região.

O documento “Médio Tejo 2020: Plano Estratégico de Desenvolvimento 2014-2020” foi pensada à luz das lições da experiência do QREN, visando dar continuidade aos procedimentos positivos do processo de implementação e execução estratégica que entretanto se desenrolou e introduzir as correções consideradas pertinentes, tendo, cumulativamente, em consideração os desafios atuais.

A **Visão Médio Tejo 2020** traduz-se, assim, no alcance de uma região renovada e cooperante:

- que garante o **equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a modernização rural**, especialmente relevante num território de diversidades no perfil de povoamento e que deve ambicionar configurar uma **constelação urbana com gestão inteligente**;
- que harmoniza a **valorização do seu potencial endógeno** com a preservação do(s) seu(s) património(s), articulando sustentabilidade e potenciação económica dos recursos regionais, e equilibrando objetivos de robustecimento das fileiras produtivas complementares dos diversos elos da cadeia turística de uma região com uma **identidade** consensual;
- que promove a aquisição de competências e capacidades em prol da **diferenciação social e empresarial**;
- que aproveita a sua **centralidade rodoferroviária para conferir vantagens de localização às empresas** e que operacionaliza os mecanismos de articulação entre o universo empresarial, académico e tecnológico numa lógica de **especialização inteligente**;
- que estimula uma plena viragem para a **internacionalização** nas diferentes frentes de afirmação regional, nomeadamente, das empresas e dos produtos e serviços e do património;
- e que rentabiliza os investimentos que realiza, desenvolvidos sob os princípios da **racionalidade económica e da concentração em áreas estratégicas** para a região.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

A concretização da Visão Médio Tejo 2020 pressupõe a construção de uma estratégia de desenvolvimento territorial que objetive, em sede de orientações estratégicas a prosseguir entre 2014-2020, as linhas de atuação conducentes ao futuro ambicionado para a região.

A estratégia de desenvolvimento territorial para 2014-2020 refunda a estratégia de desenvolvimento territorial do PTD 2007-2013, uma vez que se reconhece que os eixos estratégicos que a sustentam mantêm a sua atualidade, o que justifica um processo de planeamento estratégico de continuidade, ao mesmo tempo que se introduzem inovações estratégicas que personalizam à escala regional, os desafios nacionais e europeus para o novo período de programação estrutural.

Apresenta-se de seguida a coerência entre a estratégia regional e o caminho aqui apontado para Mação, procurando também identificar os contributos do concelho para a concretização dos objetivos regionais.

A estratégia para o Médio Tejo 2020 (Figura 5) sustenta-se em cinco orientações estratégicas, que se aglutinam em:

- duas orientações estratégicas de base – “OE1. Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico” e “OE2. Incorporação de valor na atividade empresarial” – no sentido em que se assumem como motores que criam condições de atuação sistémica dirigida à promoção de objetivos complementares de coesão económica e social e de sustentabilidade de padrões de atratividade da região.

A valorização dos recursos endógenos encontra pertinência enquanto aposta estratégica do concelho de Mação, dada a grande diversidade de valências endógenas locais, com destaque para os recursos florestais e culturais. São estas potencialidades intrínsecas

ao território, que lançam os desafios da preservação e, simultaneamente, da valorização económica, em Mação e no Médio Tejo.

Na visão global e ambiciosa para a valorização do espaço rural e florestal em Mação emergem duas lógicas de produção que configuram apostas suficientemente sólidas para a criação sustentada de emprego e riqueza no concelho: a produção florestal e agrícola e a fileira agroalimentar, numa lógica integrada em que a cooperação entre produtores e proprietários é fator chave de sucesso. Estas lógicas encontram também reflexo na orientação estratégica 2 da região do Médio Tejo, que assume como objetivo geral a capacitação do tecido produtivo, no primado de uma competitividade empresarial assente na diversificação da base económica e num compromisso regional de parcerias e de partilha de conhecimento e promoção da inovação.

- duas orientações estratégicas complementares – “OE3. Promoção da coesão e da qualidade de vida” e “OE4. Consolidação da massa crítica urbana” – no sentido em que beneficiam de importantes reflexos resultantes de intervenções assumidas no âmbito de outras orientações estratégicas, que se conjugam com iniciativas especificamente assumidas com objetivos de promoção da qualidade de vida na região e de valorização de modelos urbanos de vivência perfeitamente integrados numa envolvente natural aprazível e de grande beleza.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

A promoção da coesão e da qualidade de vida encontra particular pertinência num concelho como Mação que tem vindo a perder população a um ritmo preocupante, com consequências mais visíveis no esvaziamento das zonas rurais e onde as debilidades que se verificam no funcionamento em rede entre agentes locais e regionais ainda constituem um obstáculo à promoção da coesão económica, social e territorial.

Destaca-se em particular, a coerência que ambas as estratégias, a local e a regional, no que respeita ao papel fundamental do modelo educativo na promoção da coesão na região e à importância do compromisso entre os vários atores para a criação de modelos de ação e proteção social em rede, capazes de criar sinergias, reduzir custos e sobreposições de atuação e garantir respostas adequadas às necessidades da população.

